

Mesa Nacional, 6 setembro 2014

Projeto de resolução política

O colapso do grupo Espírito Santo completa o quadro atual da economia portuguesa. Ameaçada por um sistema financeiro predador e instável, as suas debilidades acentuaram-se dramaticamente sob a terapia de choque da austeridade.

O foguetório do pós-troika não durou um mês e a degradação económica do país está à vista, na aceleração da ofensiva contra os serviços públicos e contra os seus trabalhadores. Vivemos as vésperas da entrada em vigor do tratado orçamental, que reúne todo o bloco central. Quem mandou na economia e nos governos dos últimos trinta anos não tem qualquer estratégia para o país.

A convulsão europeia agudiza-se e as suas contradições confirmam o poder da estratégia Merkel (integração de Draghi, adesão de Hollande, nomeação de Tusk). A participação europeia na escalada militarista na Ucrânia é parte do projeto autoritário e antipopular da União.

1. Nacionalização do Novo Banco e controlo público do sistema bancário

A resposta do governo ao colapso do BES, protagonizada pelo Banco de Portugal, foi anunciada como não implicando perdas públicas. Mas a propaganda não esconde a verdade. O “banco bom”/Novo Banco foi recapitalizado em cerca de 90% pelo recurso a dívida pública e a Ministra das Finanças foi já obrigada a reconhecer que o impacto do dinheiro público no BES representa 2,3 % pontos do défice, cerca de 3700 milhões de euros. A conta poderá aumentar: aos riscos de litigância que venha a impor ao Estado perdas relativas ao BES/“banco mau”, juntam-se novas incertezas sobre as reais necessidades de capitalização do Novo Banco.

A intervenção do Estado no BES é apenas mais um caso. Na última década, o Estado português foi chamado a intervir para salvar todos os bancos relevantes do sistema financeiro português. No entanto, a fragilidade do sistema financeiro permanece, assim como uma dívida externa superior a 137 mil milhões de euros. Esta situação deve ser encarada com os riscos de crise sistémica que acarreta. Os sucessivos colapsos do sistema financeiro apenas podem ser travados com a banca sob controlo público.

O controlo público permitirá ao Estado conduzir um processo de resolução bancária que reduza os passivos das instituições bancárias, e muito particularmente a sua dívida externa, e implementar políticas de crédito que contribuam para criar emprego e inverter a dinâmica de recessão económica.

No que respeita à intervenção em curso no BES, a intenção do governo é manter o Novo Banco no setor privado. É um erro. O Novo Banco tem um peso relevante no crédito às pequenas e médias empresas, um sector estratégico para a criação de emprego. O Bloco defende que o Novo Banco deve ficar na esfera pública e desempenhar um papel complementar ao da Caixa Geral de Depósitos, como

instrumento público para uma estratégia de investimento e recuperação económica. Essa é a única forma de transformar em investimento útil ao país o encargo público assumido com o resgate do BES. A venda do Novo Banco, ainda mais no contexto de recessão que o país atravessa e da sucessão de fraudes, gestão danosa e incompetência na banca privada, não oferece essas garantias.

Para diminuir as perdas públicas neste processo, os grandes fundos titulares de dívida Espírito Santo, credores seniores que o Banco de Portugal decidiu colocar no Novo Banco, devem ser transferidos para o BES e suportar perdas. Esta operação não só é possível, já que o Estado mantém o poder de transferir ativos e passivos entre as duas instituições, como vai ao encontro da Diretiva Europeia sobre Resolução Bancária e, a partir de 2016, passará mesmo a ser obrigatória em toda a União Europeia.

Como a sucessão de crises bancárias demonstra, para garantir a estabilidade do sector financeiro e defender o dinheiro dos cidadãos, é ainda urgente a separação entre a banca comercial e a banca de investimento. O mesmo banco que gere depósitos e créditos não pode investir e negociar em ações e produtos financeiros cada vez mais complexos e especulativos, até porque o risco para os depositantes é um dos argumentos que força a intervenção pública. A separação da banca comercial da banca de investimento que o Bloco propõe segue o *Glass Steal Act*, criado nos EUA após a primeira grande depressão e que, enquanto esteve em vigor, permitiu o período mais estável do sector financeiro. O Bloco de Esquerda apresentará também propostas de combate aos paraísos fiscais e de maior transparência no sistema bancário.

2. Estado social sob fogo, é preciso dar força à resistência

O governo ataca tudo o que é público. A deliberada perda de qualidade dos serviços públicos, o encerramento de escolas, os hospitais à beira do colapso, os profissionais sobrecarregados, o fecho de tribunais, são as diversas formas do governo atacar o Estado. A tudo isso assistimos nestes meses de verão. O governo pretende destruir o que foi construído em décadas.

O Serviço Nacional de Saúde vive enormes dificuldades. O encerramento de serviços e a centralização dos cuidados cria situações de sobrelotação e reduz a qualidade do serviço prestado. Os profissionais estão sobrecarregados, como foi denunciado pela luta dos enfermeiros, que deu exemplos de trabalho até 55 horas por semana. Esta luta chamou a atenção para a defesa da qualidade dos cuidados prestados no SNS e das condições de trabalho numa profissão fustigada pela emigração.

O início do ano judicial deixa patente a falta de trabalhadores e trabalhadoras na administração pública, a par do brutal encerramento de tribunais por todo o país. O caso do Tribunal de Loures, a funcionar em contentores, sem sistema informático e sem possibilidade de responder a quem a ele se lhe dirige, é bem o exemplo da aplicação do novo mapa judiciário. Para aceder a este tribunal há quem se tenha de deslocar de bem mais que os 60 km adicionais reconhecidos pela ministra da Justiça.

O encerramento de escolas por todo o país é mais um exemplo das portas que se fecham às populações, agudizando a interioridade e a falta de coesão territorial. Não é pela falta de crianças que as escolas encerram, é pela vontade do governo em cortar no que é essencial. Os professores que enchem as filas dos centros de emprego são o exemplo de como temos pessoas para fazer mais e melhor, e prover das necessidades que a escola pública apresenta.

O governo pretende privatizar os transportes públicos nas próximas semanas. No grande Porto, na grande Lisboa, nos caminhos de ferro do país, a palavra de ordem do governo é privatizar. As populações pagam mais por menos serviço, os trabalhadores perdem direitos para menos salário. Quem sai a ganhar são os privados que pretendem rendas garantidas.

O Bloco de Esquerda manifesta o seu empenhamento militante no reforço de todas as lutas populares e movimentos sociais em torno da defesa dos serviços públicos e dos direitos económicos e sociais consagrados na Constituição. Estes são importantes focos de resistência contra a política de austeridade e neles os ativistas e as ativistas do Bloco estarão empenhados.

O Bloco de Esquerda apela à mais ampla mobilização cidadã e afirma-se disponível para todas as possíveis convergências com todos aqueles que se encontram empenhados na luta contra a ditadura da austeridade, a contínua desvalorização do trabalho, o empobrecimento contínuo do país e o desmantelamento do Estado Social.

O recente acórdão do Tribunal Constitucional é uma vitória contra a política de austeridade. A declaração de inconstitucionalidade da Contribuição de Sustentabilidade forçou ao recuo do governo no aumento do IVA social e da TSU, um ganho importante para pensionistas e trabalhadores em defesa do princípio basilar da confiança e dos direitos sociais. Mesmo assim, o governo insiste em cortar salários na administração pública, demonstrando o fanatismo de quem não respeita os contratos firmados com quem trabalha. É preciso uma mobilização forte para vencer esta política de empobrecimento.

O Bloco de Esquerda irá empenhar-se para uma maior distribuição da riqueza. Depois de vários anos de salários congelados e de redução de rendimentos, é imperiosa a valorização dos salários. Exigimos o aumento imediato do Salário Mínimo Nacional, acordado em concertação social e que os diversos governos não têm cumprido.

3. Um país empobrecido ameaçado pela estagnação

A austeridade, apresentada como estratégia de controlo do endividamento excessivo, falhou redondamente. A dívida pública atingiu já os 134% do PIB, valor mais alto de sempre. Ao mesmo tempo, as políticas do governo criaram um país mais desigual e têm sido utilizadas para uma reconstrução do sistema fiscal, sendo mais uma forma de transferência de riqueza do trabalho para o capital.

O orçamento retificativo demonstra como a austeridade está a agudizar as desigualdades do país. As receitas fiscais de IVA e IRS aumentam brutalmente com

este Governo, enquanto o IRC continua a descer, sendo os grandes grupos económicos quem mais beneficia desta redução. Aos trabalhadores cada vez mais impostos, quer sobre o trabalho quer sobre o consumo; aos grandes grupos económicos, cada vez menos impostos. Nunca a carga fiscal sobre o trabalho foi tão grande como hoje.

O Bloco de Esquerda manifesta-se ainda contra o Fundo de Apoio Municipal (FAM) que, na sequência do PAEL e a pretexto da asfixia financeira de muitos municípios que o próprio governo agravou, equivale a um memorando da troika para o poder local. O FAM faz tábua rasa da autonomia local ao subir automaticamente todos os impostos e taxas municipais.

A ladainha oficial sobre as metas do défice também não esconde a ideologia de quem tem o Estado Social sob ataque. A meta orçamental é justificada para cortes em salários, segurança social, educação e saúde. Contudo, às ajudas ao sistema financeiro aplicam-se regras diferentes. O governo espera de Bruxelas a autorização para que o resgate do Novo Banco não entre para a contabilização do défice, pedindo regras diferentes para o capital.

O desemprego mantém-se insustentável. O país e a Europa encontram-se à beira da deflação. Os preços estão a baixar, o valor das dívidas aumenta e o investimento desaparece. A recessão está a dar lugar à estagnação. A pobreza, particularmente entre os mais jovens e as crianças, é a face visível da degradação da situação social. Os cortes nos apoios sociais são a aplicação cruel da austeridade na vida de quem mais precisa.

O Bloco de Esquerda reafirma a incontornável necessidade de romper com o garrote do Tratado Orçamental, defendendo políticas de rutura com a austeridade que estimulem a economia, a criação de emprego com direitos, a proteção social dos mais desprotegidos e a qualidade dos serviços públicos.

É neste contexto de dificuldades acentuadas que se abre o ciclo eleitoral. O bloco político do memorando com a troika, formado em 2011 pelo CDS, PSD e PS, mantém o seu acordo essencial em torno da submissão ao Tratado Orçamental e da continuidade da aceitação de uma dívida insustentável. Mas a direita e o PS ensaiam outras aproximações, no terreno democrático, em torno da reforma do sistema eleitoral. No PS, a introdução dos círculos uninominais é matéria de acordo entre candidatos à liderança, o que dá um sinal essencial: para o prosseguimento da austeridade nos termos impostos pelo Tratado Orçamental, o bloco central precisa de alargar a sua representação e reduzir o peso parlamentar da oposição de esquerda. O Bloco de Esquerda fará da defesa da proporcionalidade democrática uma batalha essencial, contra os que pretendem introduzir a batota eleitoral para mudar o regime social e constitucional.

4. A União Europeia da austeridade alimenta a espiral da guerra

A crise na Ucrânia configura uma guerra híbrida, que nem é puramente civil nem apenas de agressão externa. Os reforços fornecidos pela Rússia aos separatistas e o

discurso de um Putin reforçado na sua popularidade interna, assim como a resposta militar de Kiev, colocam em questão a viabilidade democrática das eleições antecipadas de 25 de outubro.

Sob o fogo da propaganda, é difícil conhecer os anseios reais das populações da Ucrânia, mas é certo que, em ambos os lados, pontificam a mobilização da extrema-direita e uma retórica patriótica que permite todas as políticas antissociais, justificadas pela agressão do campo oposto. A crise ucraniana está a servir de pretexto para o reforço belicista da NATO, sendo também certo que a ação do Kremlin vem abrindo caminho à estratégia de Kiev de integração da NATO, o que impõe à esquerda internacional a recusa de um saudosismo que toma partido entre alegados “campos” imperialista e anti-imperialista.

Pelo contrário, contra esta guerra, é à população ucraniana, em todas as suas componentes, que deve caber uma resposta política à crise e a abertura de uma saída pacífica, com o apoio de todas as forças internacionalistas da Ucrânia, da Rússia, da União Europeia. Em muitos momentos da história desta região, essas forças foram minoritárias. Mas a história mostrou, repetida e tragicamente, que tinham razão.

Perante a União Europeia e o governo português, o Bloco de Esquerda afirma a sua recusa da estratégia de escalada que pode escapar às mãos de quem julga dirigi-la. A nomeação do reacionário Donald Tusk para a presidência do Conselho Europeu, tal como a atuação de Barroso mostra até que ponto a União Europeia é hoje, também na crise ucraniana, parte do problema e não de qualquer solução.

5. O Bloco de Esquerda condena firmemente a agressão israelita à população palestina de Gaza.

No momento em que, já sob a trégua, se anunciam novos confiscos e terras palestinas, o Bloco sublinha o seu compromisso com a causa da Palestina. A eurodeputada Marisa Matias, impedida de entrar em Gaza, numa delegação de parlamentares europeus, sinaliza durante estes dias a presença solidária do Bloco de Esquerda e da esquerda europeia na Palestina. O Bloco repudia ainda o silêncio do Presidente da Comissão Europeia sobre mais este abuso e esta provocação israelitas.